

Percorrendo trilhos: pontes entre a proteção e a autonomia

MARIA DA CONCEIÇÃO PINTO ANTUNES¹

Resumo

Este artigo resultou de um trabalho de investigação/intervenção com crianças/adolescentes em situação de acolhimento institucional, com idades compreendidas entre os 7 e os 12 anos. A finalidade de tal investigação/intervenção orientou-se para a criação de uma residência/vivência familiar e a promoção de um caminho para a autonomização, por meio da promoção de competências pessoais, sociais e escolares, visando à aquisição de conhecimentos, atitudes e comportamentos potenciadores de emancipação e independência. Para a implementação do plano de ação, em termos metodológicos, orientamo-nos pelo paradigma qualitativo. Tendo como objeto um trabalho de investigação-ação-participativa, procuramos a implicação e a participação dos participantes recorrendo à animação sociocultural. A implementação do projeto fez-se na base do desenvolvimento de cinco oficinas com o objetivo de desenvolver competências comportamentais, emocionais, cognitivas, escolares, funcionais e parentais. A avaliação final do projeto realizado sugere alterações positivas e muito significativas no âmbito do estudo e do aproveitamento escolar, assim como no âmbito das competências pessoais, relacionais e funcionais.

Palavras-chave: Crianças/adolescentes institucionalizados. Intervenção socioeducativa. Autonomia.

Abstract

This paper is a result from an action-research program developed with 7 to 12 year-children/teens living under institutional care. The aim of this project was the creation of a home and family life for these children and of their empowerment through the promotion of personal, social and academic skills that enhance emancipation and independence. For the implementation of the action plan, in terms of methodology, we are guided by the qualitative paradigm; we followed

a work-action-participatory research plan seeking the active involvement of the participants in sociocultural animation tasks. It was implemented through the development of five workshops about behavioral, emotional, cognitive, educational, functional and parenting skills. The data was subjected to a qualitative analysis, the results of which suggest the existence of positive and significant changes in participants' academic knowledge and school performance, as well as in what concerns to personal, relational and functional skills.

Keywords: Institutionalized children/teens. Socio-educational intervention. Autonomy.

Resumen

Este proyecto ha resultado de un trabajo de investigación/ intervención con jóvenes en situación de refugio institucional, con edades comprendidas entre los 7 y 12 años de edad. La finalidad de este proyecto se orientó para la creación de una residencia/ vivencia familiar y la promoción de un camino para la autonomía a través de la promoción de competencias personales, sociales y escolares, proponiéndose la adquisición de conocimientos, actitudes y comportamientos potenciadores de emancipación e independencia. Para la implementación del plan de acción, en términos metodológicos, nos hemos orientado por el paradigma cualitativo y teniendo como objeto un trabajo de investigación acción participativa, hemos procurado la implicación y participación de los participantes recurriendo a la animación sociocultural. La implementación del proyecto se realizó con base en 5 workshops con el objetivo de desarrollar competencias comportamentales, emocionales, cognitivas, escolares, funcionales y parentales. La evaluación final del proyecto sugiere alteraciones positivas y muy significativas al nivel de la enseñanza y del beneficio escolar, bien como a nivel de las competencias personales, relacionales y funcionales.

Palabras clave: Niños/adolescentes en institución. Intervención socio-educacional. Autonomía.

Introdução

O quadro jurídico-institucional que hoje protege e enquadra a infância assenta quer em uma linha de proteção, quer de intervenção promovendo o bem-estar de todas as crianças. A Convenção sobre os Direitos da Criança (ONU, 1989) recomenda que todos os Estados garantam proteção às crianças e jovens que sejam privadas dos seus direitos e cujos cuidados estejam em risco. O Estado Português na Constituição da República Portuguesa assegura a essas crianças e jovens a proteção necessária ao seu

desenvolvimento e exercício dos seus direitos (artigos 69 e 70) (PORTUGAL, 1976) e a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei nº 147/99, de 1º de setembro) (PORTUGAL, 1999) promove os direitos e a proteção das crianças e jovens em situação de perigo, de forma a garantir o seu bem-estar e desenvolvimento integral. Essa lei remete para situações de perigo: o abandono, a negligência, o abuso sexual, o exercício abusivo da autoridade parental e os comportamentos desviantes e/ou aditivos.

No contexto atual, após a identificação de uma situação de perigo em que a família não é capaz de providenciar o bem-estar da criança/jovem, e esgotadas outras possibilidades de intervenção, procede-se ao acolhimento em instituição.

As crianças em situação de acolhimento institucional sofrem consequências do afastamento familiar que, se, por um lado, é necessário para proteger a integridade dos menores, por outro, é um motor impulsor de carências afetivas, dado que, por muito instável que a família seja, continua a ser a referência de pertença, confiança, liberdade e afeto (ALVES, 2007). Por essa razão, Cuneo (2009) manifesta-se a favor da quase obrigatoriedade de ações que aproximem a família e o menor no sentido de manter ou reforçar os laços afetivos, sempre que possível. A situação de acolhimento, bem como a situação de perigo subjacente, vai fazer parte da história de vida da criança e pode tornar-se influências nefastas. Daí que, nos nossos dias, o objetivo principal das instituições de acolhimento é criar um espaço seguro o mais próximo possível de um ambiente familiar, para acolhê-las em condições de segurança. A criança que cresce em uma instituição deve estar integrada em um meio acolhedor que facilite um desenvolvimento integral, seguro e equilibrado, de forma a ultrapassar todas as consequências da separação que vive em relação às suas figuras de referência de conforto e de identificação (ALVES, 2007).

Durante o acolhimento institucional, a equipe técnica deve definir um projeto de vida a cada criança/jovem, recorrendo a uma avaliação contínua da situação. Nesses projetos, podem trabalhar-se diferentes alternativas à institucionalização consoante o contexto global: o regresso à família/pessoa idônea, a adoção, a integração em uma família de acolhimento ou um acolhimento institucional prolongado no qual se deve preparar para a vida independente.

Embora seja objetivo de qualquer Lar de Infância e Juventude (LIJ) trabalhar no sentido de reintegrar a criança/jovem na família biológica/

comunidade de origem ou em uma família adotiva (FERNANDES; SILVA, 1996 *apud* PIRES, 2011), a realidade vivida nessas instituições evidencia que, frequentemente, as institucionalizações prolongam-se durante meses e anos e, diante desse cenário, o LIJ vai se tornando a única referência para essas crianças e jovens.

O acolhimento prolongado traz, na opinião de Cuneo (2009), uma série de consequências nefastas ao desenvolvimento emocional, cognitivo e social das crianças devido às rotinas de caráter mais rígido, à pouca atenção individualizada, aos fracos estímulos afetivos, entre outros aspectos. Pelo fato de os participantes do nosso projeto terem ainda uma curta história de vida, mas, maioritariamente, vivida em contexto institucional, a nossa intervenção procurou desenhar e implementar projetos de vida centrados na aquisição de competências de autonomia e independência das crianças/adolescentes, assim como uma intervenção com as famílias no sentido da aquisição de competências parentais promotoras do regresso das crianças à vida familiar.

O Projeto “Percorrendo trilhos: pontes entre a proteção e a autonomia”

“Percorrendo trilhos: pontes entre a proteção e a autonomia” foi um projeto desenvolvido, ao longo de dois anos, no LIJ do Centro Social Padre David de Oliveira Martins, que procurou promover competências emocionais, comportamentais, cognitivas e parentais das crianças/adolescentes acolhidos, potenciando uma maior independência no dia a dia, prevenindo futuras situações de inadaptação pessoal-social. Para alcançar essa finalidade, promovemos a reabilitação de um espaço físico para acolher, em termos residenciais, o público-alvo e desenvolvemos um projeto potenciador do crescimento integral de cada criança/adolescente. O programa que desenhamos pretendeu promover novas práticas no contexto do acolhimento institucional, centrando-se em um projeto de acolhimento residencial e aproximando-se o mais possível de uma unidade familiar, favorecedor da vinculação afetiva, relações de confiança recíprocas e amadurecimento/crescimento integral. Em paralelo, os pais foram envolvidos enquanto participantes ativos nesse processo de desenvolvimento dos filhos, trabalhando na aquisição das competências necessárias a um regresso mais seguro a casa, quando for possível.

A nossa intervenção consistiu na criação de um espaço físico potenciador de um acolhimento institucional em ambiente familiar e no desenvolvimento de cinco oficinas, nas quais foram dinamizadas atividades de cariz lúdico-pedagógico e socioeducativo.

Metodologia

O projeto “Percorrendo trilhos: pontes entre a proteção e a autonomia” delineou como finalidade potenciar uma vivência familiar e um caminho para a autonomização por meio da promoção de competências emocionais, comportamentais, escolares e parentais. No sentido de alcançar essa finalidade, traçou-se como objetivos gerais:

1. Criar um espaço habitacional exclusivo para as crianças/adolescentes do sexo masculino;
2. Promover o empoderamento por meio da aquisição de competências favorecedoras de autonomia e independência;
3. Potenciar a participação familiar e parental.

Participantes

O público-alvo deste projeto integrou um grupo de oito crianças/adolescentes do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 7 e os 12 anos.

Sobre o caráter emocional, podemos caracterizar essas crianças/adolescentes como muito instáveis ao nível das relações interpessoais, nomeadamente, no seu relacionamento com os pares. A essa situação, não é alheio o fato de serem crianças/adolescentes com baixa autoestima e pouca resistência à frustração, demonstrando pouca capacidade para gerir/mediar/resolver conflitos ou problemas, não sendo capazes de gerir as suas emoções e sentimentos, bem como reconhecê-los.

O processo de ensino/aprendizagem é assinalado como sendo lento, marcado por lacunas nas diversas fases de desenvolvimento, bem como discrepâncias significativas ao nível das competências intelectuais e emocionais. Em âmbito escolar, de uma forma geral, essas crianças/adolescentes caracterizam-se por baixos rendimentos, pouca motivação para o estudo e elevado desinteresse diante das aprendizagens. Duas dessas crianças/adolescentes têm currículo adaptado por terem necessidades educativas

especiais (NEE), mais especificamente, diagnóstico de paralisia cerebral e síndrome alcoólica fetal (SAF).

Quanto ao tempo de permanência na instituição, apuramos que o acolhimento varia entre os 6 e os 7 anos e que essas crianças foram institucionalizadas entre meses de vida e os 6 anos de idade, fato revelador de que o acolhimento é prolongado, quer devido às inúmeras fragilidades dos agregados familiares, quer por causa da falta de alternativas ao acolhimento.

Rodrigues (1997) sublinha que os pais e as experiências de vinculação vividas na infância possibilitam aos filhos a capacidade de construir laços afetivos seguros na vida adulta. Ora, a inexistência de uma família ou a pertença a uma família desequilibrada constituem fatores de risco para o desenvolvimento do menor. O Centro de Estudos Territoriais (AMOR, 2005) frisa que, havendo problemas econômicos, as famílias “encontram-se em situações pouco compatíveis com a guarda e acompanhamento das crianças”, levando-as ao abandono ou à negligência dos filhos ou expondo-os a comportamentos desviantes.

Relativamente à profissão dos pais, a grande maioria encontra-se no desemprego, não possuindo hábitos de trabalho, dado tratar-se de desempregados de longa duração. Alves (2007) considera que as más condições de habitabilidade, a pobreza e o desemprego constituem “fatores tóxicos”, expondo a criança/adolescente a situações de negligência no seio familiar. Essa ideia vem ao encontro do motivo do acolhimento das oito crianças integradas neste projeto, pois, em todas elas, a negligência foi o motivo da institucionalização. Efetivamente, de acordo com o Plano de Intervenção Imediata (PII), relatório publicado pelo Ministério do Trabalho, a negligência, o abandono, os maus-tratos físicos e a carência socioeconômica são os principais motivos do acolhimento institucional (ISS, 2009).

Com o objetivo de conhecer bem os protagonistas do nosso projeto, recorreremos ao Questionário de Avaliação de Comportamentos de Autonomia e ao Questionário de Capacidades e Dificuldades de Goodman (SDQ), com o objetivo de calcular a frequência de valores normais, limítrofes e anormais para a pontuação total de dificuldades e para as subescalas do SDQ, versão para pais/cuidadores e professores.

Na versão para pais/cuidadores, constatamos que, na pontuação total de dificuldades, quatro crianças (57,1%) apresentaram valores dentro do normal, duas (28,6%), valores limítrofes, e uma (14,3%), valores anor-

mais. Constatase, assim, que as subescalas com maior percentagem de valores anormais se referem às subescalas “problemas de comportamento” e “hiperatividade”. Na versão para professores, verificou-se uma pontuação total de dificuldades de quatro crianças (57,1%) dentro do normal e três (42,9%) nos valores limítrofes. A avaliação feita pelos professores corrobora a avaliação dos pais/cuidadores, dado que ambas assinalam perturbações nas subescalas de “problemas de comportamento” e “hiperatividade”, evidenciando-se, assim, que as maiores dificuldades do grupo-alvo se situam ao nível da hiperatividade e do comportamento.

Método e instrumentos

De forma a realizar um trabalho no âmbito da intervenção socioeducativa, cujo objetivo é a compreensão da realidade dos participantes no sentido da sua transformação e emancipação, orientamo-nos pelo paradigma de investigação qualitativo hermenêutico, pois nos favorece a compreensão do comportamento e das experiências humanas, assim como a compreensão dos significados que os indivíduos atribuem aos acontecimentos e interações (BOGDAN; BIKLEN, 1994). No que concerne à metodologia, na perspetiva de um trabalho orientado para a mudança social, mobilizando os participantes para intervirem na própria realidade com vista à melhoria das suas condições de vida, optamos pela Investigação-Ação-Participativa (IAP) enquanto metodologia, que parte do pressuposto de que a comunidade constitui o principal agente das mudanças sociais, pressupondo um compromisso entre o investigador e a comunidade (ANDER-EGG, 1990). Como metodologia que se caracteriza pela constante interação entre investigação e ação, pressupõem-se a participação e a implicação de investigadores e agentes sociais, atribuindo a eles um papel ativo e contribuindo para “o conhecimento e transformação da realidade onde estão implicados” (ANDER-EGG, 1990, p. 32). Em consequência, recorreremos à animação sociocultural enquanto estratégia de intervenção social, que integra um conjunto de práticas que incentivam a motivação e a participação, favorecendo a consciencialização dos problemas individuais/coletivos e promovendo estratégias para a sua resolução (ANDER-EGG, 2000; VIVEIROS, 2007).

Relativamente às técnicas de investigação foram utilizadas:

- a. Análise documental: permitiu a recolha de dados e de informações sobre as crianças/adolescentes, o que possibilitou um conheci-

mento mais adequado e profundo dos participantes, suas características, necessidades e expectativas;

b. Observação participante: possibilitou uma melhor percepção da vida quotidiana, bem como conhecer os hábitos, comportamentos e atitudes dos destinatários do projeto, dado que simultaneamente fomos desenvolvendo conversas informais muito frutíferas em termos de recolha de informações;

c. Inquérito por questionário: utilizamos o Questionário de Avaliação de Comportamentos de Autonomia e o Questionário de Avaliação para conhecer comportamentos, capacidades cognitivas, emocionais, sociais e escolares das crianças. Dessa forma, tomamos ciência das necessidades e dos problemas específicos do público-alvo; e, ainda, com um inquérito por questionário para avaliação do projeto.

No que diz respeito às técnicas de intervenção, recorreremos às atividades e técnicas de animação sociocultural descritas por Ander-Egg (2000).

- Técnicas grupais de iniciação, coesão, produção grupal e mediação, que permitiram consolidar o grupo e promover o trabalho em equipe;
- Técnicas de informação e/ou comunicação utilizadas nas atividades de caráter informativo/formativo, com recurso, sejam técnicas de comunicação oral (mesas redondas e seminários), sejam técnicas de comunicação social (jornais, folhetos informativos, vídeos, fotomontagens);
- Técnicas ou procedimentos para a realização de atividades lúdicas usadas nas atividades de caráter lúdico e festivo.

Procedimentos

De forma a identificar os problemas, necessidades e interesses das crianças/adolescentes, alvos da intervenção, começou por realizar-se uma avaliação diagnóstica para garantir a adequação das respostas às necessidades existentes, para além de garantir a eficácia da intervenção (GUERRA, 2000).

Em uma fase inicial, utilizou-se a análise documental para analisar e estudar os processos individuais dos menores a fim de recolher dados

pessoais que permitiram elaborar a sua caracterização. Por meio da observação participante, fizemos registros diários das rotinas de cada criança/adolescente, anotando atitudes/comportamentos individuais e em grupo, o que permitiu ir conhecendo dinâmicas e interações.

Foi realizado o Questionário de Avaliação de Comportamentos de Autonomia (questionário adaptado pela equipe de investigação/intervenção da Grelha de Avaliação: comportamentos, capacidades cognitivas, emocionais, sociais e escolares das crianças com base no Manual de Processos-Chave para os Lares de Infância e Juventude do Instituto de Segurança Social; esse questionário incidiu nos itens: desempenho escolar, adaptação social, autonomia, vestuário, higiene) e o SDQ, instrumento validado para despiste de psicopatologia breve, aplicável a crianças e adolescentes com idades compreendidas entre os 4 e os 16 anos. É constituído por 25 itens que se distribuem por cinco escalas, cada uma delas composta por cinco itens: a “escala de sintomas emocionais”, a “escala de problemas de comportamento”, a “escala de hiperatividade”, a “escala de problemas de relacionamento com os colegas” e a “escala de comportamento pró-social”. Aplicamos a versão pais ou cuidadores (no caso vertente, cuidadores, visto que os pais dessas crianças/adolescentes são muito ausentes e não conhecem adequadamente os filhos) e a versão professores.

Foram, ainda, realizadas várias reuniões de trabalho entre as equipes técnica e educativa do LIJ como forma de recolher e discutir informações obtidas. Essas reuniões permitiram fazer o enquadramento de todos os colaboradores nas novas estratégias de trabalho e, em simultâneo, partilhar informações e conhecimentos.

Com base na avaliação de diagnóstico realizada, traçaram-se a finalidade e os objetivos do projeto, procedendo-se à planificação da intervenção, que consistiu na criação de um espaço físico decorado e mobiliado com o propósito de proporcionar privacidade, relações de afetividade e condições de convívio e lazer, descanso, estudo e apoio, como se tratasse de um espaço familiar e em um programa de intervenção socioeducativa abrangendo diferentes dimensões da vida humana, como a pessoal (realização da higiene pessoal e da habitação, alimentação, comportamentos de vida saudável), a social (contato social, relações interpessoais, gestão de conflitos e de emoções) e a escolar (hábitos e métodos de estudo por meio de um acompanhamento diário, sistemático e personalizado).

Do desenvolvimento das atividades para a investigação/intervenção

Oficina de reabilitação

Objetivos: recriar um espaço habitacional para o público-alvo.

Atividades: reabilitação de um espaço habitacional; aquisição e reaproveitamento de mobiliário; decoração.

Oficina de autonomia emocional e comportamental

Objetivos: promover as competências pessoais e interrelacionais.

Atividades e sessões informativas sobre: tomada de decisão; expressão de emoções e sentimentos; relação e comunicação interpessoal e resolução de problemas/conflitos.

Oficina de gestão de vida quotidiana

Objetivo: promover as competências funcionais.

Atividades e sessões de trabalho sobre: saúde e higiene pessoal; limpeza e arrumação dos espaços habitacionais; gestão do tempo e gestão do dinheiro.

Atelier de acompanhamento ao estudo

Objetivo: promover o desenvolvimento cognitivo e intelectual.

Atividades: monitorização dos trabalhos de casa; preparação para os testes.

Atelier de mediação familiar

Objetivo: promover a interação e o vínculo familiar.

Atividades e sessões de trabalho sobre: promoção de espaços de diálogo e de reforço familiar afetivo; dinamização de atividades conjuntas entre pais e filhos; desenvolvimento de um programa parental.

Resultados

Como facilmente podemos constatar, a avaliação fez parte de todas as fases da nossa intervenção: a avaliação de diagnóstico para conhecer o público e os seus problemas interesses e expectativas; a avaliação contínua,

um instrumento pedagógico de autocorreção relevante que nos ajudou a reorientar a direção sempre que necessário; a avaliação final, que permite avaliar os resultados da nossa intervenção (GUERRA, 2000). Para a realização da avaliação final do projeto, recorremos a um inquérito por questionário dirigido aos seis participantes que permaneceram no projeto até ao momento da avaliação final.

Quanto aos resultados do inquérito realizado nas crianças/adolescentes, no que concerne à primeira questão que pretendia saber como avaliavam de forma genérica o projeto, todos (seis) responderam afirmativamente, dos quais três classificaram-no como “bom”, e três, como “muito bom”.

Em relação às áreas trabalhadas que consideraram mais importantes, destacaram a saúde e higiene pessoal (cinco), acompanhamento ao estudo (três), resolução de problemas e conflitos (dois), autonomia emocional e comportamental (um) e mediação familiar (um).

Quanto à questão relativa aos acontecimentos marcantes que ocorreram ao longo do projeto, os jovens identificaram e destacaram o pequeno almoço no apartamento (um), convívio com os pais no apartamento (três) e a mudança de quarto (um).

Quando procuramos saber o que aprenderam de novo e o que consideraram importante, verificamos que evidenciam o fato de “ser mais autónomo” (quatro), “ser um grupo mais unido” (um), “ser mais responsável” (três) e “ter um grupo de pertença” (um).

No que concerne à questão que pretendia saber se com a entrada nesse projeto alguma coisa mudou, o grupo interpretou o projeto como tendo trazido mudanças ao seu quotidiano, contribuindo para a mudança de “comportamento” (dois), “ganhar orientação” (dois), “responsabilidade e compromissos” (um) e o “passar a ter um novo espaço de residência e uma educadora de referência” (um).

Quanto à questão que pretendia saber como avaliavam a relação com os colegas, educadores e restantes de colaboradores, os jovens classificaram como “boa” (três), “mais envolvimento do funcionário” (um), “má às vezes” (um), “super fixe às vezes” (um), “envolvimento do cuidador” (um) e “normal” (um).

Quando questionamos se estavam satisfeitos com o apoio ao estudo, referem que estão “muito satisfeito” (um) e “satisfeito” (três). Nessa

questão, dois dos jovens não responderam por apresentarem graves limitações cognitivas (paralisia cerebral).

Em relação à questão que procurava aferir o aproveitamento escolar no ano letivo anterior, bem como de que forma esse projeto contribuiu para esse desempenho, destacamos que os jovens referem que “sim, contribuiu” (quatro) e “não contribuiu” (um), referindo que todos transitaram de ano.

Quando pretendemos saber o que significou esse projeto para cada um deles e se consideram importante dar-lhe continuidade, os jovens referiram que mudou “muita coisa” (um), que “deve continuar” (cinco), que serviu para “crescer com responsabilidade, organização e afeto” (um), ajudou a estabelecer “boas relações e ser autônomo” (um) e foi um suporte de “ensino em muitas coisas/suporte de futuro” (um).

Considerações finais

A implementação deste projeto de investigação/intervenção pretendeu, sobretudo, promover a autonomia das crianças/adolescentes institucionalizados por meio da criação e desenvolvimento de cinco oficinas/ateliers, nos quais foram trabalhadas as competências pessoais, sociais, funcionais, parentais e escolares, visando à aquisição de conhecimentos, atitudes e comportamentos potenciadores de emancipação e autonomia. A animação enquanto conjunto de métodos e técnicas de intervenção social assumiu um papel preponderante, pois se trata de uma intervenção que incentiva a motivação, envolvimento e participação dos participantes e tornando-os, assim, os protagonistas do seu processo de desenvolvimento. Efetivamente, as crianças/adolescentes foram os agentes ativos desse processo educativo, tornando-se os autores do seu processo de desenvolvimento e da construção das suas histórias de vida.

Ao longo dos dois anos de duração do projeto, fomos assistindo a um crescimento gradual individual e coletivo dos participantes e constataando um amadurecimento e autonomização que se revelava em todas as dimensões da vida dessas crianças/adolescentes, desde a vida quotidiana no apartamento, passando pelo relacionamento interpares, com a educadora de referência e com os colaboradores da instituição, até a sua vivência e aproveitamento escolar.

Os resultados da intervenção foram percebidos e evidenciados como muito positivos, visto que toda a instituição sentiu a (trans)forma-

ção nos comportamentos, atitudes e vivências quotidianas do grupo. Acima de tudo, os resultados comprovam que as crianças/adolescentes consideram que o projeto desenvolvido teve um impacto deveras significativo nas suas vidas, passaram a ter “a sua casa” um local de pertença, afeto e partilha, onde dormem, estudam, brincam e recebem os amigos, e uma “educadora” que orienta o seu processo de crescimento e autonomização e, conseqüentemente, as suas vidas (re)nasceram e (re)inventaram-se.

Não obstante o fato de no final de um processo de intervenção de dois anos termos realizado uma avaliação final do projeto, o processo de autonomização dessas crianças/adolescentes continua em curso, como não poderia deixar de ser. A própria idade dos participantes o exige e, desse modo, o processo de aquisição de competências rumo à autonomia de vida continua a desenvolver-se em prol da educação para a cidadania responsável.

Recebido em: 12/03/2016

Aprovado em: 19/05/2016

Notas

1. Professora doutora. Atua profissionalmente na Universidade do Minho, Instituto de Educação, *campus* Gualtar, Braga, Portugal. E-mail: mantunes@ie.uminho.pt

Referências

AMOR, Teresa. Programa rede social: redefinição de políticas sociais ou instâncias de governança de base territorial? **Cidades - Comunidades e Territórios**, Lisboa, Centro de Estudos Territoriais, n. 11, p. 39-51, dez. 2005.

ANDER-EGG, Ezequiel. **Repensando la investigación-acción participativa**. México: Editorial El Ateneo, 1990.

_____. **Metodología e prática de la animación sociocultural**. Madrid: Editorial CCS, 2000.

ALVES, Sandra Nunes. **Filhos da madrugada**. Percursos adolescentes em lares de infância e juventude. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2007.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Porto Editora, 1994.

CUNEO, Mônica Rodrigues. Abrigamento prolongado: os filhos do esquecimento: a institucionalização prolongada de crianças e as marcas que ficam. In: ASSESSORIA DE PROTEÇÃO INTEGRAL À INFÂNCIA E À JUVENTUDE (Coord.). **3º Censo da população infantojuvenil abrigada no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2009. p. 415-432.

GUERRA, Isabel Carvalho. **Fundamentos e processos de uma sociologia da acção**: o planeamento em ciências sociais. Cascais: Publicações Principia, 2000.

ISS - Instituto de Segurança Social. **Plano de Intervenção Imediata (PII)**: Relatório de caracterização das crianças e jovens em situação de acolhimento em 2008. Lisboa: ISS, 2009. Disponível em: <<http://www.pgdlisboa.pt/docpgd/files/pii%202008.pdf>>. Acesso em: 17 maio 2016.

ONU - Organização das Nações Unidas. **A convenção sobre os direitos da criança**. Nova Iorque: Unicef, 1989. Disponível em: <https://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf>. Acesso em: 17 maio 2016.

PORTUGAL. Constituição da República Portuguesa. Portugal, Lisboa, **Assembleia Constituinte**, 2 abr. 1976. Disponível em: <<https://www.parlamento.pt/Legislacao/Documents/constpt2005.pdf>>. Acesso em: 17 maio 2016.

_____. Lei nº 147, de 1 de setembro de 1999. Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo. Portugal, Lisboa, **Assembleia da República**, 13 agos. 1999. Disponível em: <http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?ficha=1&artigo_id=&nid=545&pagina=1&tabela=leis&nversao=&so_miolo=>. Acesso em: 17 maio 2016.

PIRES, Susana. **A promoção da autonomia em jovens institucionalizadas**. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação Social) – Bragança: Escola Superior de Educação, Bragança, 2011.

RODRIGUES, Almiro. **A adopção**: um antes; e depois? Revista Infância e juventude, n. 2, p. 31-70, 1997.

VIVEIROS, Albino. Os desafios que se colocam à animação sociocultural. Uma visão a partir da região autónoma da Madeira. **Animador Sociocultural: Revista Iberoamericana**, ano 1, n. 2, p. 110-121, 2007.